

A PEC 241: uma proposta contra a democracia ou a regra dos conservadores para hipotecar o futuro

Por Samuel Costa Filho*

Resumo: o objetivo deste artigo é relatar o significado da Proposta de Emenda Constitucional n. 241 encaminhada como medida de ajustamento e diminuição do tamanho e papel do Estado brasileiro pelo Governo Michel Temer à Câmara dos Deputados, que no Senado passou a ser PEC n. 55.

Palavras-chave: Brasil. Neoliberalismo. Novo regime fiscal. Proposta de emenda constitucional.

Abstract: the purpose of this article is to report the meaning of the Proposed Constitutional Amendment n. 241 sent as a measure of adjustment and diminution of the size and role of the Brazilian State by the Michel Temer Government to the Chamber of Deputies, which in the Senate became PEC n. 55.

Keywords: Brazil. Neoliberalism. New tax regime. Proposed and constitutional amendment.

1 Introdução

No período de ouro do capitalismo (1945-1975), após John Maynard Keynes ter proposto a eutanásia do *rentier*, o Estado foi instrumentalizado para atuar com políticas econômicas de estabilização da economia e como elemento que dava suporte ao processo de desenvolvimento econômico, tendo os instrumentos da política fiscal, as medidas de déficit e a dívida pública. Todavia, na nova era da globalização, está ocorrendo a vingança do rentismo, passando o Estado a ser usado como espaço de valorização da riqueza financeira, a serviço e enriquecendo as classes ociosas, à custa da democracia e com grave ônus para democracia e a sociedade.

Ortodoxia de todos os matizes, desde os clássicos, passando pelos neoclássicos, monetaristas, *supply-side economics*, *public choice*, novos-clássicos, sempre combateram o Estado, afirmando ser este um elemento ineficiente, dispendioso, que produz efeitos contraproducentes e emperra a economia capitalista. Hoje, o novo consenso macroeconômico advoga uma ação de um Estado confiável, que assegure uma dívida pública sem risco de inadimplência, com pagamento líquido e certo. Assim, o Estado do consenso keynesiano endividado não é mais o Estado que o capitalismo necessita. O déficit público passou a ser apresentado como o vilão dos desequilíbrios

macroeconômicos e da instabilidade do sistema. O lema da ordem é “nem dívida, nem déficit, nem Estado” (OLIVEIRA, 2009).

A dívida pública e a política fiscal passaram a ser usadas como elemento e âncora que garante os ganhos do capital financeiro aplicados em títulos públicos (espaço prioritário para sua valorização), assegurando o pagamento de sua remuneração (com medidas de sustentabilidade da dívida que garantem o seu retorno para o capital; ou seja, garantia que será honrada). Nesse contexto, a **política fiscal** fica **restrita** a buscar **estabilidade e solvência do setor público**, como bem exige o mercado financeiro. A política de consolidação das contas públicas, **política de superávits primários estruturais, Lei de Responsabilidade Fiscal** no Brasil (como o *Tratado de Maastricht*, na Comunidade Econômica Europeia, o *Budget Enforcement Act*, nos Estados Unidos, o *Fiscal Responsibility Act*, na Nova Zelândia) **objetivam apenas atender ao capital especulativo**, controlando a despesa corrente e social do Estado glutão.

No Brasil, toda este controle da ordem institucional em favor do financismo não se apresenta suficiente e, logo após o golpe midiático, policial, jurídico, o governo de Michel Temer encaminhou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 241 à Câmara dos Deputados, que no Senado passou a ser a PEC n. 55, como medida de ajustamento e diminuição do tamanho e papel do Estado brasileiro. A PEC 241 realiza um novo ajuste estrutural do Estado no Brasil, que objetiva assegurar ao mercado financeiro o **compromisso em lei da disciplina fiscal**, objetivando a sustentabilidade da dívida pública em médio e longo prazo, sinalizando a **adoção de uma política fiscal** que não sofrerá alterações, mesmo que ocorram mudanças política, econômica ou/e sociais graves no País; representa a volta do Estado mínimo, o retorno do Consenso de Washington, como defendem os ultraliberais, uma espécie de terceiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), procurando recriar uma arquitetura institucional que impede qualquer mudança progressista, revelando, mais uma vez, o perfil de uma sociedade atrasada, medíocre e conservadora.

Acontece que a estratégia do Governo de Michel Temer não se restringirá apenas à austeridade nos gastos públicos determinado pela PEC 55, com **cortes** de gastos, mas prosseguirá muito além e vai avançar com o processo de **desmonte** das políticas públicas e também avançará para a **eliminação** dos

direitos sociais, viabilizando um processo de privatização da estrutura social (saúde, educação etc.). Trata-se do prosseguimento e aplicação da famosa política “matar a besta de fome”, com um processo de asfixia financeira que inviabilize a sustentação dos direitos estabelecidos pela Constituição de 1988.

Relatar o significado dessa PEC é o objetivo desse artigo, que está estruturado em quatro seções, incluindo esta Introdução e a Conclusão. A segunda seção discorre sobre a economia brasileira como plataforma de valorização do capital financeiro internacional, desde os governos de Fernando Henrique Cardoso aos governos de Dilma Rousseff; e a terceira, sobre a continuidade dessa valorização no Governo Temer com a PEC 251, ou PEC 55.

2 A economia brasileira como plataforma de valorização do capital financeiro internacional

Nos anos 1990, devido à nova dinâmica rentista do capitalismo, a liquidez internacional foi restabelecida e, diante do processo de globalização, a economia brasileira foi inserida nessa realidade como plataforma internacional de valorização financeira de capital. Esse processo permitiu a implementação do Plano Real, que objetivou acabar com a hiperinflação indexada fruto da crise dos anos 1980 (a chamada “Década Perdida”). No Brasil, o canto da sereia do *laissez-faire* foi trombeteado estridentemente via argumentos falaciosos do neoliberalismo e foi apresentado como o único e melhor caminho para proporcionar eficiência e competitividade à economia brasileira (MUNHOZ, 2016).

Desse modo, não foi surpresa o diagnóstico dos idealizadores do novo modelo de inserção da economia brasileira em culpar o Estado, o déficit público e a política fiscal pela crise e pela inflação no Brasil. Por este fato, defendeu-se a necessidade de readequar e aparelhar o Estado brasileiro para atender a essa nova realidade do capitalismo, adotando medidas que incorporavam as recomendações do Consenso de Washington (Figura 1), procurando desmontar toda institucionalidade que dava suporte a políticas de crescimento econômico do período Vargas e mudar o papel do Estado.

O governo de FHC, respaldado pelo sucesso inicial do Plano Real, impulsionou uma política liberalizante tentando moldar a economia, o Estado e a sociedade. O projeto nacional de reforma liberal executado visou aprovar e promover reformas que reduziram o papel e a ação do Estado transformando a economia baseada na tese de eliminar o “custo

Brasil” (impostos, burocracia e deficiência de infraestrutura). A formação do clima favorável junto à opinião pública para com essa única direção foi propiciada pela ação da liberdade que tem a imprensa de livremente manipular, de fazer o que for necessário para manter a população na ignorância e inviabilizar qualquer proposta alternativa contra os poderes aliados e seus interesses. O monopólio da informação propiciou aos “cães de guarda” condenar e desqualificar qualquer proposta alternativa; e permitiu apresentar os interesses do capital financeiro como representando os interesses da sociedade. Para isso, utilizou-se de técnicas sofisticadas na apresentação de visões parciais e distorcidas da realidade (SAMPAIO JR., 2016).

Privatização selvagem, abertura comercial e financeira indiscriminada, disciplina fiscal, reorientação dos gastos públicos etc. foram algumas das recomendações do Consenso de Washington (Quadro 1) que foram implementadas pelo Governo Tucano. A proposta liberal de reforma do Estado passou a reservar ao Estado e aos seus instrumentos de ação a função de dar sustentação à integração da economia brasileira ao movimento de globalização financeira. O Estado passou a ser espaço prioritário da lógica rentista; e os títulos públicos e a dívida foram transformados em locais com rentabilidade elevada e segura para a aplicação de capitais, ou seja, espaço de valorização do capital interno e externo.

Quadro 1 - Consenso de Washington e Consenso de Washington Ampliado

Quadro 1 - Consenso de Washington e Consenso de Washington Ampliado

Consenso de Washington original (final dos anos 1980) e ampliado (final dos anos 1990)	
Consenso de Washington	Consenso de Washington ampliado Os dez itens anteriores mais:
Disciplina fiscal	Governança corporativa e reforma institucional
Reorientação dos gastos públicos	Combate à corrupção
Reforma tributária	Mercado de trabalho flexível
Taxa de juros	Acordos da OMC
Taxa de câmbio	Estandarização dos códigos financeiros nacionais com os padrões internacionais
Liberalização comercial	Fortalecimento do sistema nacional e abertura “prudente” da conta de capital
Abertura para o financiamento externo direto	Regime de taxa cambial sem intermediação
Privatização	Bancos centrais independentes e controle da inflação
Desregulamentação da economia	Políticas compensatórias focalizadas
Direitos de propriedade	Metas de redução da pobreza

Fonte: PEREIRA, 2009, p. 292.

A estratégia liberal oficial do Estado brasileiro de reformulação do Estado realizou o chamado “dever de casa”, agravando o subdesenvolvimento e a dependência da economia brasileira e aprofundando os problemas econômicos e sociais do Brasil. O modelo comandado pelo Partido da Social

Democracia Brasileira (PSDB) e FHC, que propunha o crescimento da economia com poupança externa, resultou em retumbante fracasso e levou o Governo Tucano brasileiro a recorrer três vezes ao Fundo Monetário Internacional (FMI), no espaço de apenas quatro anos (1999, 2001 e 2002), revelando retumbante fracasso da inserção passiva e subalterna da economia brasileira ao processo de globalização.

Em 1999, uma política fiscal de ajuste estrutural permanente nas contas públicas objetivando dar continuidade e sustentação ao processo de integração da economia brasileira no movimento mundial de globalização financeira passou a ser implementada por exigência do FMI. A utilização do tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit primário e câmbio flexível) passou a comandar a política macroeconômica. No discurso oficial, estabilizar a dívida líquida do setor público e gerar superávits primários que possibilitassem a queda da taxa de juros iria estimular os investimentos privados e o crescimento econômico, assumindo o lugar central na política econômica (LOPREATO, 2013).

O combate ao déficit público via reforma fiscal (elevação da carga tributária) e o controle do financiamento monetário do Estado deram o tom do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. A necessidade e obrigação de sustentar elevados superávits primeiros objetivavam dar sustentabilidade à dívida pública, diminuir a relação dívida/produto interno bruto (PIB), e impedir a fuga de capitais passou a ser uma questão fundamental para a política econômica. Austeridade nos gastos públicos sociais, com cortes de gastos e desmonte das políticas públicas e direitos sociais universais (que constavam da Constituição de 1988) comandaram o discurso e a agenda e estratégia de desmonte desses direitos. A partir de então, os direitos sociais e a democracia são apresentados como foco central e responsáveis pelo déficit público, pela ganância do Estado, pela inflação no Brasil.

Não foi sem razão que, ao assumir, o governo de Luís Inácio Lula da Silva manteve a base da política macroeconômica (tripé: superávit primário, câmbio flexível e metas de inflação), adotando uma política que atendia ao Consenso de Washington Ampliado (banco central independente, metas de inflação, políticas sociais focalizadas, combate à miséria). Entretanto, no segundo mandato, Lula direcionou órgãos e instituições e instrumento de ação do Estado para uma política de desenvolvimento. Muito embora o Estado continuasse como espaço seguro e altamente rentável de valorização do capital, essa

ação do Estado acarretou um crescimento econômico que apresentou a média mais elevada dos últimos 30 anos; e Luís Inácio Lula da Silva entregou o governo à sua escolhida para comandar os rumos do Brasil.

O governo de Dilma Rousseff, inicialmente, abandonou a linha seguida pelo Governo Lula e, acreditando na proposta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), incorporou essa agenda no sentido de estimular o setor produtivo, alavancar a parceria público-privado (PPP), e redirecionando o papel do Estado, passando também a desperdiçar um grande volume de recurso fiscais com incentivos à iniciativa privada, sem exigir qualquer contrapartida, dando início ao processo de deterioração do quadro fiscal da União e em nível estadual e municipal. Embora os blocos de capitais operem de maneira sincronizada nas esferas produtivas e financeiras em sua estratégia de concorrência, o Governo Dilma Rousseff apostou e acreditou em um antagonismo ou cisão entre acumulação financeira e acumulação produtiva.

Ao supor a cisão entre interesses industriais e financeiros, desconhecendo que a lógica financeira penetrou e contaminou a órbita produtiva, passou a atacar o sistema financeiro e a reduzir juros, sem perceber que existe uma elevada fusão entre capital industrial e financeiro na economia brasileira, inclusive com o empresariado nacional vendendo suas empresas para o capital internacional e passando a ser hoje muito mais um rentista e não um empreendedor (RUGITSKY, 2015). A virada da política econômica atuou para reduzir o crescimento da atividade econômica; e a economia passou a apresentar queda no nível de atividade e dificuldades na política macroeconômica. O estado de confiança dos empresários foi abalado, pois o Governo Dilma contrariou interesses poderosos (sistema financeiro, meios de comunicação e classe média).

Nesse arranjo, o governo de Dilma Rousseff **sinalizou com quebra de regras do jogo do capital financeiro** (baixando a taxa de juros e ação dos bancos públicos para reduzir os *spreads* cobrados pelos bancos e impondo uma elevada pressão na competição das instituições financeiras, desvalorizando o câmbio; reduziu o preço da energia; negociou a taxa de retorno das licitações em obras públicas). O governo não se manteve fiel ao inelutável compromisso com a política econômica em favor do capital, uma vez que a gestão macroeconômica mexeu na questão da estabilidade e no retorno esperado no capital.

A credibilidade deixou de ser construída devido ao

relaxamento da regra premente que dá sustentabilidade fiscal, reduzindo a reputação na política macroeconômica, e mexeu no ambiente propício à ação do pessoal do mercado financeiro. O resultado foi que em seu último ano do primeiro mandato desapareceu o superávit primário, elemento do esforço fiscal usado para estabilizar a relação dívida/PIB e atender à restrição fiscal do setor público, para incutir confiança nos investidores, atendendo aos interesses de valorização do capital financeiro.

O consenso advogando o controle das contas públicas, restrição no espaço de decisão das autoridades orçamentárias, adoção de regras fiscais e estabelecimento de metas de superávits estruturais capazes de atender às expectativas dos investidores retornou com muito mais força e intensidade para convencer e ludibriar à opinião pública. Todas as construções teóricas do consenso do *mainstream* advogam que um programa de consolidação fiscal centrado nos cortes dos gastos é mais eficaz (contrações fiscais expansivas), principalmente quando o governo efetua cortes em despesas como seguridade social e gastos sociais, impondo regras fiscais rígidas (LOPREATO, 2006, 2013).

Diante das dificuldades enfrentadas, em meio à não aceitação da derrota pelos partidos que perderam a eleição presidencial (o “partido da imprensa” e o PSDB), Dilma Rousseff deu uma guinada de 180 graus e voltou a implementar a política econômica convencional proposta pela ortodoxia liberal de austeridade econômica, jogando a economia brasileira na sua maior crise das últimas décadas. O governo de Rousseff, ao iniciar o segundo mandato, adotou a solução apresentada pelo capital financeiro. A política fiscal baseada na austeridade deteriorou ainda mais os níveis de atividade econômica e fragilizou a posição fiscal e a sustentabilidade da dívida, com as receitas fiscais diminuindo. A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira diminuiu em muito a arrecadação pública e colocou as contas de quase todos os entes do setor público em dificuldades; explodiu o déficit e a dívida pública voltou a crescer.

Essa política econômica que jogou o País no abismo ainda serviu para municiar a narrativa da ortodoxia dominante e dos principais meios de comunicação, com as opiniões dos especialistas e articulistas vinculados ao financismo criticando a “irresponsabilidade fiscal”, a incompetência do governo irresponsável e populista do governo de Dilma Rousseff. O capital produtivo e, principal-

mente, o financeiro, descontentes com a situação, pressionaram ainda mais para implementação de política econômica de interrupção nos aumentos da parcela dos salários na renda nacional e recuperação das margens de lucros, como ainda para parar o estancamento da trajetória de elevação dos gastos sociais e do custeio da saúde e da educação no orçamento do Estado brasileiro. Nesse sentido, foi necessário implementar e consumir um golpe midiático-jurídico-parlamentar, com a destituição da presidente Dilma Rousseff; assumiu o poder, Michel Temer.

A crise econômica possibilitou a oportunidade de ouro para viabilizar o retorno da agenda de Estado mínimo e da redução da crescente agenda democrática. Mesmo diante de nove quadrimestres de recessão econômica, o governo de Michel Temer e sua equipe econômica apresentaram o mesmo e velho diagnóstico do pensamento e da sabedoria convencional que afirmam que a crise é decorrente dos gastos do Estado, sendo o déficit público o grande responsável pela inflação, pelo déficit externo e pela existência de elevadas taxa de juros. Desse modo, as políticas de eliminação do déficit público e medidas de responsabilidade na gestão das contas públicas e dos gastos sociais passaram a ser prioridade na política econômica, uma vez que somente assim seria possível recuperar a confiança do grande capital, eliminar a inflação, equilibrar o setor externo e rebaixar a taxa de juros, retirando a economia da ressecação e permitindo a volta do crescimento econômico (LOPREATO, 2002, 2006, 2013).

Para os economistas ultraliberais, a inflação é o resultado do déficit do setor público; é a causa de todo processo inflacionário; é eminentemente monetária. O Estado possui um viés inflacionário devido à sua ação de gastar mais do que arrecada. Como o governo necessita financiar o seu déficit e não possui força política para viabilizar outra alternativa, a saída é a expansão monetária. Desse modo, o processo inflacionário decorre da elevada expansão da oferta de moeda para cobrir os déficits governamentais; e somente o combate ao déficit público e o controle do financiamento monetário podem criar as condições para eliminar a inflação (MOLLO, 2015).

Ainda segundo os economistas ortodoxos, essa ganância do Estado provoca os déficits gêmeos (déficit público e déficit externo), na qual o déficit em transações correntes é o resultado do excesso do gasto interno. O Estado é obrigado a recorrer a empréstimos no exterior para financiar esse excesso

de demanda. O déficit público passa a provocar a necessidade do financiamento do déficit externo via taxa de juros elevadas para a atração de capital internacional e financiar esse excesso do setor público (LOPREATO, 2002, 2006, 2013).

Assim, conecta a relação entre déficit público e taxa de juros. O déficit público, ao pressionar a demanda e o gasto no exterior, obriga o governo a praticar juros elevados para reduzir a absorção interna e garantir o capital externo para financiar o balanço de pagamentos. Somente as políticas de redução do gasto e de controle do déficit público permitem a queda da taxa de juros, possibilitando o retorno do crescimento econômico; ou seja, a queda da taxa de juros está vinculada à confiança na política de redução do déficit público. Pelo exposto, todo o discurso em favor do ajuste estrutural está apoiado na retórica de desregramento fiscal e na defesa de medidas de austeridade fiscal para trazer de volta o crescimento econômico. Acontece que se trata de um receituário que não é mais recomendado nem pelo FMI em pela revisão do novo consenso macroeconômico (MARTINS, 2016).

É partir dessa base que o Governo Temer pratica a estratégia de restauração do Consenso de Washington - fracassado no Brasil de FHC e em nível mundial, diante da crise ainda presente no capitalismo mundial e iniciada em 2008 - com medidas de cortes no gasto social e no investimento público.

3 O governo Temer e a PEC 241 ou PEC 55

O governo atual - de Michel Temer - deixa livre os gastos de natureza financeira e busca instituir um novo regime fiscal, que impõe redução de gastos, pelo qual poderão crescer apenas os valores orçamentários, as despesas associadas à operação da política monetária e os destinados ao pagamento de juros da dívida (KLIASS, 2016a). Conforme afirma Piscitelli (2016, p. 6), "É difícil supor que, em algum país do mundo, qualquer governo viesse a propor um congelamento dos gastos públicos, ou melhor, das despesas correntes - primárias (aí não compreendidos os juros) - por 20 anos [...]".

A PEC 241 limita e direciona o papel do Estado na defesa dos interesses da casta rentista e dos conservadores e atrasados, retira do Congresso, do Executivo e da sociedade o controle do orçamento, que fica engessado (corrigido apenas pela inflação) e acirra o conflito distributivo, em um jogo para ver quem perde menos no total do orçamento (cf. QUEIROZ, 2016); aplica um ajuste estrutural capaz de assegurar ao mercado financeiro o

compromisso em lei da disciplina fiscal, objetivando a sustentabilidade da dívida pública em médio e longo prazo e a adoção de uma política fiscal que não sofrerá alterações mesmo que ocorram mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil; e objetiva incutir confiança e atender aos interesses do capital financeiro. A política econômica de austeridade fiscal cumpre também a função de iniciar o bloqueio dos avanços das demandas por redução das desigualdades econômicas e sociais gritantes existentes na sociedade brasileira.

A PEC 241, ou PEC 55, não oferece nenhuma perspectiva de reequilíbrio das contas públicas, nem mesmo em médio e longo prazos; e dentre os muitos motivos temos a política econômica de juros elevados, que persistem há muitos anos, e não revela horizonte para ser modificada. A quem beneficia essa política de juros reais e nominais tão elevados, que não encontra paralelo no mundo? As práticas incestuosas entre as esferas do setor público - Banco Central do Brasil (Bacen) e Comitê de Política Monetária (Copom) - e do setor privado são quem definem os aspectos essenciais das políticas de administração da dívida pública, o tamanho dos seus encargos, sem mais o controle das autoridades fazendárias. O Bacen e o Copom conseguiram retirar do Ministério da Fazenda seu poder de influenciar decisões monetárias e cambiais, tendo o Ministério da Fazenda perdido o controle sobre os rumos da dívida e do déficit público (MUNHOZ, 2016).

O Bacen e o Copom, comandados por uma casta de comerciantes-financistas, têm o poder de fixar o juro básico, variável determinante de todas as demais rendas, possuindo o privilégio único de fixar sua própria renda, beneficiar a si próprio, apresentando uma postura de total falta de ética dos seus dirigentes, sem estes se declararem impedidos de assumir os postos e agir por apresentar elevado “conflito de interesses” (COSTA, 2016, n.p.). Ainda segundo Costa (2016, n.p., grifos do autor), no Brasil,

Em última análise, o Banco Central do Brasil se transformou em uma **instituição extrativista**, pois o juro arbitrário e ilimitado retira renda dos trabalhadores pelo desemprego e tributação, demanda dos comerciantes, venda e aluguel dos imóveis, tudo isso em favor apenas da renda do capital financeiro.

Todavia, o Governo Temer e os meios de comunicação vêm procurando incutir no interior da sociedade brasileira a tese da falência iminente do Estado, em virtude de um suposto desequilíbrio estrutural das contas públicas, em decorrência dos

gastos e compromissos obrigatórios com as políticas sociais. O estoque total da dívida pública do governo federal já está ultrapassando os R\$ 3 trilhões e o governo e a grande mídia trabalham para encobrir a “armadilha da dívida” decorrente da elevada subserviência à dominância do financismo, que drena a maioria dos recursos do Estado (Regime Geral de Juros da Dívida). Essa sistemática, que desde 1998 já sugou a quantia de 4 trilhões de reais somente para o pagamento de juros, e a quantia da dívida em setembro de 2016 chegou aos R\$ 4 trilhões (KLIASS, 2016b). No ano passado, os gastos atingiram R\$ 500 bilhões somente com o pagamento de juros.

Nessa linha, a sociedade presencia um ataque sistemático aos direitos democráticos e sociais, via manipulação da informação pelos principais meios de comunicação de massa - Globo, Estadão, Folha, revista Veja etc. - que praticam um ataque feroz e sistemático contra os gastos para atender aos direitos democráticos (previdência social, leis e direitos trabalhistas), além da ofensiva contra qualquer direito e garantia dos trabalhadores. Essa Agenda Temer do Estado está sendo moldada em favor do capital financeiro e para os capitais privados que têm interesse nas privatizações do espaço público (saúde, educação etc.). Não basta mais o controle sobre os espaços e processos em que se fazem as escolhas relevantes para a sociedade (banco central independente, metas de inflação, superávit primário, Lei de Responsabilidade Fiscal); limita-se ainda mais a democracia (ação do Estado na linha de medidas redistributivas e com políticas ativas de estabilização econômica); e impõe um nível que transcende a política de engessamento do orçamento via PEC 241, ou PEC 55 (COSTA FILHO, 2016).

A política de “matar a besta de fome” do idealizado Estado democrático fruto da Constituição de 1988 objetiva e procura deslegitimar a ação do Estado, a Constituição de 1988, as conquistas dos direitos sociais e trabalhistas e as políticas públicas. Amplia-se o Estado fora e livre do controle social. Nesse Estado, as políticas de metas de inflação, metas de superávit primário do governo e Lei de Responsabilidade Fiscal já atuavam para limitar a democracia de massa, implantando a democracia do mercado, assegurando que os governadores eleitos não pudessem ter liberdade de ação, não podendo utilizar as políticas públicas e sociais universais de modo a alterar distribuição de riqueza e renda da sociedade. A PEC aparece para engessar completamente o Estado democrático por 20 anos, para que a elite e grande parte da classe média não

se sintam ameaçadas pelos pobres e negros nos aeroportos, nos *shoppings* e nas universidades.

No Brasil, desde a Constituição de 1988, nossos liberais vivem alegando excesso de direitos sociais e que esses direitos não cabem no orçamento público, sendo ainda o grande responsável pelas crises por que passa a economia brasileira, a política de “matar a besta de fome” objetivando confirmar as teses e assertivas neoliberais foi posta em prática. As injustificadas e elevadas isenções fiscais do Governo FHC (principalmente lucros e dividendos) e de Dilma Rousseff colaboraram em muito nessa linha para a falta de recursos no setor público. Todavia, a execução de uma política econômica deliberada rumo à recessão econômica, que fabricou a crise conjuntural no Estado democrático e a consequente falta de recurso junto ao Estado (déficit) vêm respaldando e justificando, assim, a necessidade de reduzir ou eliminar as políticas públicas e sociais universais. As medidas de austeridade de Levy condicionaram o comportamento das contas do setor público, que ficaram do jeito que os liberais afirmavam.

Enquanto o Governo Temer e setores da grande mídia enganam a população com falsas afirmativas, buscou-se implementar a PEC 241, ou PEC 55, que reduz o tamanho e o papel do Estado. A política fiscal, que não mais sofrerá descontinuidade a cada alteração ou mudanças graves na economia, na política e na sociedade, irá elevar ainda mais os privilégios dos grupos financistas e diminuir as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico do País, contribuindo no processo de deterioração do atendimento dos direitos sociais de uma nação que ainda ocupa a vexatória 75ª colocação no *ranking* dos direitos humanos; privilegia a ganância irresponsável com juros e atende apenas aos interesses dos ricos que vivem do não trabalho (FATTORELLI, 2016) e, desse modo, hipoteca o futuro da sociedade brasileira. A economia brasileira namora com o abismo e a sociedade caminha para a barbárie.

4 Conclusão

O Estado, potencial garantidor das demandas da sociedade, operando para melhorar a proteção social, fornecer os mais diversos serviços públicos à sociedade e, ainda, melhor igualdade de tratamento e renda para o cidadão, foi transformado em inimigo pela teoria ultraliberal contemporânea. Ao ficar sob o controle dos ricos, o neoliberalismo funcionou como instrumento de desativação do jogo democrático, usando a farsa de vender a ideia de Estado

controlador que retira a liberdade do cidadão e para o qual esse indivíduo não deve nada. Então, não é sem razão, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, que a soberania popular do voto não mais domina o Estado e que a política institucional tem passado a dominar o Estado pela dinâmica do capitalismo financeiro e pela elite que administra esse “mercado” (cf. MIRAGAYA; PISCITELLI, 2015).

As reformas em andamento no Brasil, em maior o menor grau, já haviam sido implementadas em alguma parte do mundo (América Latina e Europa) devido à força e ao domínio da burguesia financeira e do discurso alienador do neoliberalismo. Acontece que a crise de 2008 obrigou as principais nações desenvolvidas (Estados Unidos da América, Japão, Alemanha, China etc.) a restabelecer a ação do Estado para salvar o capitalismo e o “mercado”. As proposições dos ultrarradicais liberais foi desmoralizada e desacreditada.

O discurso dos ultraliberais de que a economia brasileira necessita de reformas (trabalhista, previdenciária, tributária etc.) é correta. Porém, a reforma trabalhista que o País necessita realizar deve ser ainda mais inclusiva e na defesa dos legítimos direitos da classe trabalhadora, como é a realidade do capitalismo em países avançados. Enquanto a Europa e os Estados Unidos recolocam o Estado para reincorporar e impulsionar suas economias na quarta revolução industrial, a economia brasileira compete no mercado internacional com a produção de *commodities* (onde temos alta produtividade, mas somos comandados por uma horda de atraso), além de utilizar o *dumping* social da baixa remuneração da força de trabalho para manter-se na competição e não pelos ganhos de eficiência e produtividade.

A reforma previdenciária deve avançar para garantir a constituição de um verdadeiro Estado do bem-estar social no Brasil. É inconcebível pensar a 9ª. economia do mundo convivendo com índices sociais lamentáveis, elevados níveis de pobreza e miséria, altos índices de criminalidade e delinquência e uma gama de outros problemas, além de desequilíbrios econômicos regionais e sociais graves; e a reforma tributária dever procurar eliminar as enormes distorções que penalizam os trabalhadores, a classe média e as empresas produtivas, procurando criar um sistema tributário mais justo e progressivo que alcance e cobre a participação dos ricos, dos ociosos rentistas e todos os enormes privilégios que essa gente desfruta.

Diferentemente da hipocrisia que a burguesia brasileira manifesta com a criação do

“impostômetro”, reclamando da “alta” carga tributária (que as empresas transferem para o consumidor), o nosso modelo tributário é absurdamente regressivo, incidindo pifamente sobre renda e a riqueza dessa burguesia, de forma que os pobres pagam muito, enquanto os ricos quase nada contribuem. O mais incrível é que num país suas elites usufruem de todas as benesses do Estado, não contribuindo adequadamente para manutenção da mesma, ainda se criam medidas que incentivam a quem tem dinheiro não declarado no exterior a realizar sua repatriação e ser anistiado de crimes como evasão de divisas e sonegação fiscal. Por outro lado, as cadeias estão cheias de ladrões de celular, de saidinha de bancos, ou seja, somente o pessoal do andar de baixo.

Assim, também têm razão os economistas ultrarradicais ao afirmarem que a economia brasileira apresenta um grave problema fiscal. Aqui, novamente e em sentido oposto ao argumento e diagnóstico liberal usado pelos ultraliberais, que objetivam diminuir o tamanho do Estado, desmontar os capítulos dos direitos sociais da Constituição de 1988 (gastos sociais com assistência social, saúde, educação e previdência social). O problema das contas públicas decorre do modelo rentista da nossa economia, da elevada evasão fiscal, da estagnação provocada pela política liberal, pelos enormes subsídios ao setor privado etc. O modelo rentista, implementado pelos liberais do Governo FHC, não desmantelado por Lula ou Dilma, deixa o Estado a serviço do capital financeiro via política econômica que objetiva prioritariamente gestão e garantia do pagamento da dívida pública.

Hoje, criminaliza-se toda e qualquer política redistributiva. Entretanto, desequilíbrio fiscal decorre do problema estrutural do financiamento do estoque da dívida, das políticas monetária, fiscal e cambial que garantem elevadas taxas de remuneração ao capital financeiro (via adoção de política de juros das mais elevadas do planeta há mais de 20 anos, políticas de seguro para a especulação cambial via *swaps* cambiais, pelo custo da política de acúmulo de reservas externas), com o aparato do Estado que viabiliza esse modelo rentista, que torna o Brasil o principal paraíso da agiotagem na Terra. A interação das políticas fiscais, monetárias e cambiais atua para elevar os gastos públicos e a dívida pública, não tendo nada a ver com os gastos sociais e previdenciários.

As medidas de austeridade fiscal, a PEC 241 ou PEC 55, somente poderiam sair da “mente brilhante” de liberais conservadores. Hipócrita e cinicamente,

em nome da moralização das contas públicas, do controle dos gastos do Estado, do combate à corrupção, tentam enganar a população a apoiar a aprovação de uma medida que retira seus direitos e hipoteca o futuro do Brasil. Por meio de deslavadas mentiras, estimulam a população a abdicar de seus direitos em favor dos que nunca se sacrificaram e nem necessitaram fazer sacrifícios (os muito ricos).

Os perdedores de sempre nessa questão são quase toda a sociedade, os empreendedores, parte da classe média (pela diminuição de oportunidade para seus filhos), os assalariados, todo o setor público e seus funcionários e a maioria da população que demanda os serviços do Estado (os pobres e excluídos) por não ter dinheiro para pagar no mercado pelo atendimento privado. A sociedade não percebe o novo golpe que o Governo Temer prepara contra o povo e a democracia (afinal, a PEC não respeita nem a autonomia dos três Poderes), objetivando o pagamento do “bolsa preguiça” para a oligarquia parasitária brasileira que há muito deixou de ser empreendedor capitalista.

Referências

- COSTA, F. N. Política monetária de juros: concentradora de riqueza financeira. *Cidadania & Cultura*, 03 nov. 2016. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2016/11/03/politica-monetaria-de-juros-concentradora-de-riqueza-financeira/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- COSTA FILHO, S. O mercado contra a democracia ou a democracia do mercado. *Informe Econômico*, Teresina, a. 19, n. 36, p. 4-11, jun. 2016.
- FATTORELLI, M. L. Opinião: Você está sendo roubado pela PEC 241. *Brasil de Fato*, 24 out. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildfato.com.br/2016/10/24/opiniao-voce-esta-sendo-roubado-pela-pec-241/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- KLIASS, P. Privatização, a face oculta da PEC-241. *Outras Palavras*, 27 out. 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outrasmidias/privatizacao-a-face-oculta-da-pec-241/>>. Acesso em: 29 nov. 2016a.
- KLIASS, P. Os juros, a dívida e o caos. *Carta Maior*, 01 nov. 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Os-juros-a-divida-e-o-caos/7/37122>>. Acesso em: 03 nov. 2016b.
- LOPREATO, F. L. C. Um olhar sobre a política fiscal recente. *Texto para Discussão*, Campinas, SP, n. 111, dez. 2002.
- LOPREATO, F. L. C. O papel da política fiscal: um exame da visão convencional. *Texto para Discussão*, Campinas, SP, n. 119, fev. 2006.
- LOPREATO, F. L. C. *Caminhos da política fiscal do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2013.

MARTINS, N. Austeridade no Brasil: passos na direção ao abismo. *Carta Maior*, 01 nov. 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Austeridade-no-Brasil-u213-passos-em-direcao-ao-abismo/7/37130>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

MIRAGAYA, J.; PISCITELLI, R. Não à ortodoxia. *Economistas*. Brasília, a. VII, n. 19, p. 42-44, mar. 2016.

MOLLO, M. L. R. A questão da austeridade na política econômica. In: BELLUZZO, L. G. M.; BASTOS, P. P. Z. (Org.). *Austeridade para quem?* Balanço e perspectiva do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015. p. 83-88.

MUNHOZ, D. G. Origem e consequências da desregulamentação financeira. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n. 327, p. 3-5, out. 2016.

OLIVEIRA, F. A. *Economia e política das finanças públicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009.

PEREIRA, J. M. *Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: 2009. 382 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PISCITELLI, R. O teto de gastos. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n. 327, p. 6-7, out. 2016.

QUEIROZ, A. A. PEC 241 é gatilho para a reforma da previdência. *Agência Sindical*, 21 set. 2016. Disponível em: <<http://www.agenciasindical.com.br/>

lermais_materias.php?cd_materias=4984&furl=_-2192016—PEC-241-e-gatilhopara-reforma-da-previdencia—Antonio-Augusto-de-Queiroz-#.WCvMqrlrLIU>. Acesso em: 03 nov. 2016.

RUGITSKY, F. Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana. In: BELLUZZO, L. G. M.; BASTOS, P. P. Z. (Org.). *Austeridade para quem?* Balanço e perspectiva do Governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015. p. 131-137.

SAMPAIO JR., P. A. A ditadura do grande capital. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n. 327. p. 10-11, out. 2016.

*** Doutor em Políticas Públicas; professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí.**